



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Ramos de Oliveira, Paula; Domeneghetti Badia, Denis; Fortunato, Ivan
Pensar, falar e escutar: a aula entre a filosofia e a educação
EccoS Revista Científica, núm. 41, septiembre-diciembre, 2016, pp. 147-156
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71550055010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PENSAR, FALAR E ESCUTAR: A AULA ENTRE A FILOSOFIA E A EDUCAÇÃO

THINKING, SPEAKING AND LISTENING: CLASS BETWEEN PHILOSOPHY AND EDUCATION

Paula Ramos de Oliveira

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL-UNESP-CAR.

paula-ramos@uol.com.br

Denis Domeneghetti Badia

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL-UNESP-CAR.

denis@fclar.unesp.br

Ivan Fortunato

Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCAR-Sorocaba e do IFSP-Itapetininga.

ivanfrt@yahoo.com.br

RESUMO: Um professor usa sua voz e pronuncia-se para outros que dividirão com ele um espaço e um tempo dedicado a algum âmbito do saber. Nesse espaço-tempo, institucional, uns e outros entram em determinadas ordens do discurso e feixes de poder, entre os quais temos o que se pensa, o que se fala e o que se escuta nas mais variadas formas de aula. Pretendemos aqui refletir filosoficamente sobre a aula e suas potencialidades, em tempos de universidade administrada. Para tanto, procuraremos aprender algumas lições das aulas inaugurais do Collège de France, especialmente a de Michel Foucault e Roland Barthes, que trazem um olhar também inaugural dos seus trajetos de pesquisa intelectual. Como podemos “escutar” filosoficamente essas aulas? O que elas podem inaugurar em nós? Como podemos pensar a aula como um conjunto de acontecimentos que se situam entre a filosofia e a educação? Eis as questões que gostaríamos de pensar.

PALAVRAS-CHAVE: Collège de France. Ensino superior. Pensamento.

ABSTRACT: A teacher uses his/her voice and pronounces him/herself to others who will share a space-time dedicated to some aspect of knowledge. In this space-time, institutional, all of them enter into certain orders of discourse and bundles of power, among which we have what is thought, what is spoken and what is heard in the most varied forms of class. We intend here to reflect philosophically about class and its potentialities, in times of administered university. To do so, we will try to learn some lessons from the inaugural lectures of the Collège de France, especially Michel Foucault's and Roland Barthes', who also take an inaugural look at their intellectual research paths. How can we “philosophically” listen to these lessons? What can they inaugurate in us? How can we think of the class as a set of events that stand between philosophy and education? Here are the questions we would like to think about.

KEYWORDS: Collège de France. Higher education. Thinking.

Introdução

Enseigner librement la recherche en train de se faire à tous les publics intéressés, faciliter la diffusion des connaissances, favoriser l'émergence de disciplines nouvelles et l'approche multidisciplinaire de la recherche de haut niveau, contribuer à l'image internationale de notre pays dans les domaines de la recherche et de la culture: telles sont, depuis des siècles, les missions du Collège de France. Dans un monde en perpétuel changement, confronté à une explosion de connaissances, au foisonnement des informations, aux nouvelles techniques de la communication et aux adaptations sociales et professionnelles indispensables, ces missions sont plus que jamais d'actualité (PROCHIANTZ, 2016).

Neste ensaio, nosso propósito é refletir filosoficamente sobre a aula como um acontecimento que se inscreve em espaços e tempos diferenciados. Tomamos como motivadores para nosso pensamento duas aulas inaugurais proferidas no *Collège de France: A ordem do discurso*, aula inaugural de Michel Foucault, pronunciada no dia 2 de dezembro de 1970; e *Aula*, pronunciada sete anos mais tarde, em 7 de janeiro de 1977, por Roland Barthes, professor indicado para a cadeira de semiologia pelo próprio Foucault à Assembleia dos professores.

O interesse nessas aulas inaugurais surge por diversos motivos: por serem aulas, por serem aulas inaugurais, por serem aulas inaugurais do *Collège de France* e, como tais, pelo que representam enquanto forma e conteúdo. Apesar disso, não nos interessa compreender as especificidades teóricas elencadas por um e pelo outro, nem mesmo possíveis relações entre eles. Não temos essa competência. Simplesmente entendemos a leitura que delas fizemos como exercícios que nos possibilitam problematizar a fala, a escuta e o pensamento em uma aula.

De forma dominante, as aulas têm sido objeto de reflexão do campo da educação, mais especialmente da pedagogia, e em geral elas são vistas de modo mais instrumental no sentido de que há toda uma produção teórica sobre modos de ser professor e de se fazer professor, cujo lugar por excelência é a sala de aula, local onde ocorre a aula e todo o processo que

se desenrola entre professores, alunos e conhecimento (e também entre pensamento, fala e escuta).

Na aula, parece-nos que há lugares muito marcados para o aluno, o professor, o pensamento, a fala e a escuta, e em outros elementos que envolvem o ensino e a aprendizagem. Isso pode ser visto tanto do lado de quem defende um ensino tradicional quanto do lado de quem defende uma educação outra. Esta “educação outra”, apesar de ser composta por várias tendências, com caminhos diversos, em geral enfatiza o diálogo e a horizontalidade, a liberdade e o fazer.

Nesse sentido, instiga-nos a proposição de Silvio Gallo (2008, p. 69), inspirada em Deleuze e Guattari, de entender que um filósofo da educação é, antes de mais nada, um filósofo e, portanto, um criador de conceitos: “[...] a tarefa do filósofo da educação é a de pensar filosoficamente questões colocadas pelo plano de imanência que atravessa transversalmente o campo de saberes em que se constitui a educação”.

Assim, fica evidente que as questões educacionais não são objeto exclusivo da educação. Por essa perspectiva, a primeira contribuição de Gallo (2008) para a área é deslocá-la para além das concepções que entendem a filosofia da educação como uma “reflexão sobre” ou como parte dos “fundamentos da educação”. Outro deslocamento apontado pelo autor é o do conceito de educação menor, ou seja a resistência, a militância, a micropolítica da sala de aula. Outra importante contribuição desse autor é a noção de que o conhecimento não é algo que se desenvolve linear e progressivamente (como uma árvore), mas que se ramifica constantemente, ligando-se entre si de forma complexa (como a raiz, sendo, portanto, rizomático). Esses três deslocamentos nos inspiram a problematizar a aula como uma questão também da filosofia, mesmo quando a aula não é a de filosofia.

Com isso, procuramos aprender algumas lições das chamadas aulas inaugurais do *Collège de France*, proferidas por Foucault (2009) e Barthes (1992), que trazem um olhar também inaugural daquele que professa e torna público seu trajeto de pesquisa intelectual. Como podemos “escutar” filosoficamente essas aulas? O que elas podem inaugurar em nós, professores? Como nós, professores de licenciatura, podemos pensar a aula como uma unidade mínima de um bloco que produz acontecimentos? O que é falar, escutar e pensar em uma aula de filosofia da educação? Como é possível inaugurar pensamentos inaugurais para alunos e professores que

se inauguram como os que falam e escutam nesse espaço-tempo que é a aula na universidade que temos hoje? Eis o conjunto de questões sobre as que gostaríamos de pensar, falar e escutar.

Distinções entre a universidade que temos e o *Collège de France*

Na década de 1970, no Manifesto Diferencialista, Henri Lefebvre (1970) escreveu a respeito do “projeto de redução generalizada”. Trata-se, segundo ele, dos conflitos que se dão, na prática social e política, entre os “poderes homogeneizantes” e as “capacidades diferenciais”. Os modelos redutores, articulando uma razão e uma racionalidade técnica, reduzem o “conhecer” (no sentido amplo) ao conhecimento (no sentido estrito) e este à informação. Reduzem a “produção” (no sentido amplo) das relações sociais à produção (no sentido estrito) das “coisas”, ou seja, ao econômico. Reduzem a “ação e a reflexão” (e suas relações) a esquemas operacionais e táticos. Reduzem os “atos e situações” (com seus valores implicados) ao identificável, àquilo que pode ser classificado e daí ao “lugar” na classificação: no alto, a autoridade identifica ou assimila; embaixo, as pessoas a ela se identificam ou a imitam. O pensamento se reduz à tautologia ou à simulação, a visão ou concepção ao espetáculo, a apropriação ao cumulativo. Reduzem o possível ao provável, eliminando o “possível-impossível”, o “imaginário”, o “utópico” e a “transgressão”. Reduzem o “risco” ao aleatório e daí o “jogo” à previsão. Enfim, reduzem a “diferença” ao indiferente, ao repetitivo, o “complexo” ao simplificador-simplificado, o “plural” ao monótono, o “agradável” (que dá prazer) ao interessante e o interessante ao tedioso.

Ao longo do livro, Lefebvre (1970) rebate esse projeto reducionista, manifestando-se através da ideologia e da prática política e técnica, lembrando a “vontade de poder” e a “dominação”, considerando as ideias de Hegel, Marx e Nietzsche. Para o autor, o mundo da diferença anuncia-se como outro modo de pensar, de conhecer, agir e viver. No entanto, o pensamento diferencialista não é um método nem um sistema, pois não se trata de anunciar a diferença, mas de vivê-la. Em essência, não se defende apenas o pensar a diferença, mas de “ser” diferentemente.

Nesse sentido, consideramos pertinente lembrar alguns aspectos das análises feitas por Marilena Chauí (2001) nos seus vários ensaios sobre a universidade brasileira. Ela afirma que a legitimidade da universidade moderna foi construída sobre a conquista da ideia de “autonomia do saber” em face da religião e do Estado, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, inseparável da “formação, reflexão, criação e crítica”. Não obstante, tendo-se em vista os fluxos do capitalismo, a universidade passa dessa condição de instituição social, vinculada à ideia de democracia e da conquista da educação e da cultura como direitos, à condição de organização social e entidade administrada, regida por uma “razão técnica” ou “razão instrumental”.

No Brasil, segundo Chauí (2001), isso ocorreu em três etapas sucessivas: a universidade funcional dos anos de 1970, a universidade de resultados dos anos de 1980 e a universidade operacional, a partir dos anos de 1990. Nesta, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, ricos em ilustrações e com duplicatas em CDs. Estabelece-se, portanto, um elo entre transmissão e adestramento. A pesquisa torna-se uma “estratégia” de intervenção e de controle dos meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo. Deixa de ser “conhecimento de alguma coisa”, para tornar-se posse de instrumentos para “intervir e controlar alguma coisa”. Segundo a autora, a ideia de “formação”, entendida como obra do pensamento, na qual o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da reflexão e da crítica, também ficou comprometida pelos efeitos da compressão espaço-tempo imposta pela universidade administrada.

Este contexto de compressão do espaço-tempo, imbuído de uma racionalidade instrumental, lança-nos diante de aulas menos espetaculares e mais puro espetáculo. Um cenário como esse nos faz querer pensar e aprender com outros espaços e tempos. Lembramo-nos então das aulas (especialmente as inaugurais) do *Collège de France*, que nos parecem interessantes inclusive porque são livres, não têm certificados e nem diplomas.

O *Collège de France* é uma instituição de pesquisa francesa, criada pelo rei no ano de 1530, que reúne, segundo Catani (1999, p. 9), “[...] cátedras em três campos do saber: ciências matemáticas, físicas e naturais; ciências filosóficas e sociológicas; ciências históricas, filológicas e arqueológicas”. De acordo com o autor, em tal instituição, após seleção altamente

critérios, um professor do *Collège* recebe bolsa vitalícia, sendo sua contrapartida ministrar aulas. Nessa atividade de cátedra, o professor conta com total autonomia, mas também com uma obrigação: tratar um tema novo a cada ano. As aulas são proferidas sem troca de ideias; os cursos são livres e não há diplomas para os *ouvintes* (pois não são chamados de alunos).

Essas características do *Collège* nos instigam pelo que ele tem de diferente de nosso ensino superior, no qual, entre outras coisas, as aulas têm suas turmas definidas, há mecanismos de avaliação, um currículo que coloca, de alguma maneira, uma disciplina em diálogo com outra e quando o curso se completa temos uma certificação. O *Collège* estimula a pensar o cotidiano vivido na universidade brasileira, seja porque a fala e a escuta neste lugar estejam livres desses e outros mecanismos já citados, seja porque suas aulas e cursos são exaustivamente estudados e se oferecem ao pensamento de uma forma muito potente para nós, inclusive quanto ao que podemos perceber dessa fala e dessa escuta.

Aula: entre o acontecimento e a experiência

O termo “aula” denomina a lição que cada dia o professor dá aos seus alunos, tão relacionado entre nós à “escola”, ele tem, entre as definições dadas pelo dicionário Houaiss, a de “preleção sobre determinada área de conhecimento” [...]. De fato, “aula”, no contexto grego que dá origem ao termo, é todo espaço em ar livre (*aulé*, donde o empréstimo latino *aula*). Assim, em Homero o vocábulo designava o pátio que estava diante da casa, rodeado de construções para cavalariças ou estábulos e para as habitações dos servidores. (CASTELLO; MÁRSICO, 2007, p. 103).

No *Collège de France* vemos uma estranha junção entre esses dois sentidos, pois de fato há uma preleção sobre determinada área do conhecimento e “uma espécie de ar livre”, que se não vem de um pátio, surge enquanto um olhar também inaugural daquele que fala e torna público seu trajeto de pesquisa intelectual. Mas, o que é falar sem ser interrompido pelo pensamento de outro? O que é escutar essa fala sem poder dela falar

naquele espaço-tempo que é a aula? Em Catani (1999, p. 11-12), encontramos o seguinte comentário de Foucault, sobre o qual ecoam essas (e muitas outras) questões:

[...] seria preciso discutir acerca do que expus. Algumas vezes, quando a aula não foi boa, seria preciso bem pouco, uma pergunta para colocar as coisas nos eixos. Mas a pergunta nunca vem. Na França, o peso do grupo torna impossível toda discussão real. E, como não há canal de retorno, a aula se teatraliza. Tenho uma relação de ator ou de acrobata com as pessoas que estão lá. E, quando acabo de falar, uma sensação de completa solidão.

Discursos são produzidos entre o que se pensa, o que se fala e o que se escuta, nas mais variadas formas de aula. Um professor é alguém que, entre outras coisas, está habilitado a usar sua voz e a pronunciar-se para outros que dividirão com ele um espaço e um tempo dedicado a algum âmbito do saber. Entram-se, então, alunos/ouvintes e professores, em uma instituição e em determinadas ordens do discurso e feixes de poder.

O professor fala. Ele faz uma preleção sobre determinada área de conhecimento e isso tem pelo menos duas implicações: ele se inscreve na linguagem (em feixes do discurso); ao mesmo tempo com ela instala-se de determinado(s) modo(s) nessa área, posto que não existe circulação de discurso sem sua produção. Mas, eis uma lição de Barthes (1992, p. 13), em sua aula: “[...] falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada”.

Esse(s) modo(s) de se situar na área depende(m) então da forma como, ao falar, alguém se joga na linguagem, ou joga com a linguagem. É lá, na linguagem, que podemos inaugurar o novo. Isso porque a aula é, dessa forma, um espaço-tempo que agrega pessoas em torno de um tema. No entanto, é bem mais que isso, e compreendê-la em sua complexidade é, talvez, encontrar lugares inimagináveis para o pensamento que acontece entre o que se fala e o que se escuta. No decorrer de uma aula, e nos entremeios do falar, escutar, dialogar, calar, os pensamentos tornam-se potências do devir, instaurando-se como possibilidades e potencialidades

para aprender, mudar, ser. Tudo isso no entrelaçar do discurso que se fala, ouve e pensa.

Os acontecimentos discursivos, segundo Foucault (2009), devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas. Qual o estatuto que se deve dar a esse “descontínuo”? pergunta o autor. Não é nem sucessão de instantes do tempo e nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes, pois, para Foucault (2009, p. 58), “[...] trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis”. Essa descontinuidade golpeia o sujeito e o tempo (as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou mais facilmente contestadas). Mas, o que seria esse golpe? Para nós, significa a possibilidade de tirar do centro os papéis marcados para professores, alunos e pensamento, abrindo lugares inimagináveis para se pensar de forma menos arborescente e mais rizomática em educação.

Nessa perspectiva, propomos pensar a aula como um acontecimento que se situa entre... Entre a filosofia e a educação. Entre pessoas. Entre professor e alunos. Entre, enfim, os acontecimentos discursivos que se processam nesses lugares de pensamento de fala e de escuta. Isso porque, mais que *um* acontecimento, a aula se oferece também como um lugar de acontecimentos discursivos, pois é lugar de realização de formas expressivas. Na aula, temos séries descontínuas de falas e escutas, que surgem pelas cesuras.

Importam-nos, muito, as formas discursivas que possibilitam o discurso, pois concordamos com Barthes (1992): o ensino não é opressivo pelo que veicula, mas por suas formas discursivas. Vemos a filosofia como a realização das formas expressivas. Falar é uma delas. Mas, para falar tem que escutar o pensamento e o outro para, enfim, saber o que falar, como falar, porque falar. E para escutar é necessário ouvir o que está sendo dito, criar um silêncio para receber a fala... e ainda escutar o silêncio da fala...

O que é falar e escutar no *Collège*? O professor escuta a si mesmo e o ouvinte fala sozinho, mas tem (possibilidade de) fala e escuta dos dois lados, apenas ambas não estão vivificadas pelo diálogo com o outro, embora seja possibilidade de diálogo com o que é outro. Assim, a relação entre falar e escutar é a relação que permite o acontecimento do pensamento, bem como a nossa ligação com o que é outro. E isto, de falar e escutar,

está – como já dito – sujeito à linguagem, ao poder – ao poder que tem na linguagem e à linguagem que tem no poder. Também nossa tríade – falar, escutar, pensar – é rizomática, muito mais que arborescente.

Com tudo isso elucidado, parece, então, que a solidão de Foucault tem a ver com o fato de que a nossa fala se vivifica na leitura que se dá com a escuta do outro. Leitura que ele não podia conhecer...

Alguns ecos do pensamento, da fala e da escuta

Diante do apresentado – e tudo o mais que ainda é possível pensar sobre a aula a partir das aulas de Foucault e Barthes – entendemos a potencialidade de se pensar a aula como um acontecimento que se dá entre filosofia e educação, especialmente em filosofia da educação, na qual acreditamos e defendemos que o professor é filósofo (filósofo enquanto aquele que faz filosofia) e o filósofo é professor (toda filosofia comporta uma dimensão educativa – sempre de nós mesmos, e que, muitas vezes, sistemática ou não sistematicamente, formal ou informalmente, envolve o outro).

Se filosofia é criação de conceitos, como sugerem Deleuze e Guattari, vemos que esta criação depende muito da própria criação de espaços de diálogos onde seja possível *falar escutando e escutar falando*; ou seja, uma fala que escute e uma escuta que fale, uma fala que inscreve e escreve, uma leitura que se dá a ler e por isso é também escuta-escrita-pensamento. Mais que o diálogo nas aulas de filosofia, importa então abrir espaços para fazer dialogar a tríade falar-escutar-pensar, fazendo do conhecer(-se) uma experiência que se dá sempre em um entre-lugar de leitura-escrita-de-mundo.

Talvez na universidade administrada de nosso tempo, cujos elementos de controle mais evidentes são as notas, a frequência e a certificação, e os menos aparentes as ementas, o currículo e a aula – circunscrita pelo seu horário afixado – não seja tão fácil catalisar a potência do aprender que está entre pensar, escutar e falar. Mesmo assim, não podemos nos furtar de tentar, sempre... Eis uma das ações políticas fundamentais que deve assumir para si um(a) professor(a) de filosofia.

Nota

- 1 Tradução livre: Ensinar livremente, a todos os públicos interessados, a pesquisa que está sendo desenvolvida, facilitar a disseminação do conhecimento, promovendo o surgimento de novas disciplinas e abordagem multidisciplinar para a investigação de alto nível, contribuindo para a imagem internacional de nosso país em domínios da investigação e da cultura; esta têm sido, durante séculos, a missão do *Collège de France*. Num mundo em mudança, diante de uma explosão de conhecimento, abundância de informação, novas técnicas de comunicação e as mudanças sociais e profissionais cruciais, essa missão é mais relevante do que nunca.

Referências

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone Moisés. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

CASTELLO, Luis A.; MÀRSICO, Claudia T. *Oculto nas palavras*: dicionário etimológico para ensinar e aprender. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CATANI, Afranio Mendes. Aulas no Collège de France. In: CATANI, Afranio Mendes; MARTINEZ, Paulo H. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 7-13.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Edunesp, 2001.

DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997. VHS, 459min.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

GALLO, Silvio. *Deleuze e a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LEFEBVRE, H. *Le Manifeste Différentialiste*. Paris: Éditions Gallimard, 1970.

PROCHIANTZ, Alain. *Collège de France*: programme 2016/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/OiBjTp>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Recebido em 17 nov. 2016 / Aprovado em 22 nov. 2016

Para referenciar este texto

OLIVEIRA, P. R.; BADIA, D. D.; FORTUNATO, I. Pensar, falar e escutar: a aula entre a filosofia e a educação. *EccoS*, São Paulo, n. 41, p. 147-156. set/dez. 2016.